

Constituinte

A ÚLTIMA VOTAÇÃO

Depois de cinco horas, aprovado texto final

por João Alexandre Lombardo de Brasília

"Nós chegamos. Graças a Deus, a sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro, chegamos." O desabafo, em tom emocionado, foi feito ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), enquanto o plenário da Assembleia aprovava, por 474 votos, a redação final da futura Constituição brasileira. Quinze dos 16 parlamentares do PT votaram contra o texto, por considerá-lo "elitista e conservador", em termos globais. Foram registradas também seis abstenções. Faltaram à votação 64 constituintes.

ma questão de ordem sobre a necessidade de uma nova etapa de votação para se fundar as fusões incluídas no segundo turno. Ulysses Guimarães deu sua interposição para o problema. Segundo ele, as fusões, aprovadas pela maioria absoluta do plenário no segundo turno, seriam novamente submetidas à maioria absoluta na votação de ontem, dispensando, assim, outra votação.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), pediu a Ulysses que colocasse em votação um projeto de resolução impedindo o Brasil de firmar o acordo com os bancos credores, antes da promulgação da Carta. O presidente da Constituinte disse, porém, que a matéria exigiria exame e parecer e que, portanto, não poderia colocá-la em votação ontem. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) apontou uma contradição entre as disposições permanentes e transitórias, no que

diz respeito à data das eleições para governadores, em 1990. Ulysses afirmou que o problema seria examinado e, em caso de erro manifesto, seria feita a verificação. Não houve polêmica.

progressista, retroage a equivocadas ideias sepultadas nos anos 50", afirmou o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), em seu discurso.

Vários direitos trabalhistas, como a própria licença-paternidade, as greves nos serviços essenciais e a regulamentação do aviso prévio dependem de lei. "Precisamos mobilizar a sociedade para que ela pressione o Congresso, a fim de que a legislação seja feita em benefício do trabalhador", afirmou Lula. Para ele esse trabalho será como fazer uma nova Constituição.

Presidente do TST julga que mandado de injunção é medida auto-aplicável



Marcelo Pimentel tence, reafirmou ontem que o mandado de injunção não é auto-aplicável mas acredita que ele pode ser adaptado à regulamentação que define o mandado de segurança. Sepúlveda Pertence acredita que houve falha de previsão dos constituintes ao incluírem o mandado de injunção no novo texto de forma tão suscinta.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Marcelo Pimentel, disse ontem que o mandado de injunção, que garante a aplicação dos princípios constitucionais estabelecidos na nova Carta, é auto-aplicável, informa a agência oficial Radiobrás. Segundo o ministro, o mandado de injunção objetiva justamente assegurar os direitos que estão na Constituição e que não estão regulamentados.

As mudanças após a última votação

O texto final aprovado hoje pela Constituinte será alterado em cinco itens, por solicitação de constituintes que contestaram falhas no projeto elaborado pela comissão de redação. Em três casos, será feito o texto aprovado no segundo turno e alterado quanto ao mérito pela comissão. Uma alteração proposta pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) foi modificada pela comissão, resultando num terceiro texto. A última correção visa modificar a denominação de um capítulo.

igualdade de condições. Essa alteração fora decidida numa reunião de negociação da comissão de redação, na segunda-feira.

Ratificadas mais de 200 alterações no projeto votado no segundo turno

por Itamar Garcia de Brasília

Os 474 constituintes que votaram "sim", ontem, na sessão da Constituinte, aprovaram uma série de inovações promovida pela comissão de redação final, com apenas 26 integrantes. Algumas emendas corrigiram omissões do plenário do segundo turno, outras alteraram o mérito do texto constitucional, acrescentando novos dispositivos. No total, foram aprovadas 212 sugestões dos constituintes e 205 do filólogo Celso Cunha, aprimorando a linguagem.

podrá legislar sobre radiodifusão e não apenas telecomunicações. No Título V, da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: O texto do segundo turno previa a decretação do estado de defesa em casos de calamidades naturais; a comissão alterou o texto para "calamidades de grande proporção na natureza"; assim, o Estado poderá intervir na hipótese de acidentes nucleares, por exemplo.

José Lins (PFL-CE) "isso é um confisco"; Além dessas importantes mudanças no texto votado no segundo turno da Constituinte, alguns parlamentares conseguiram convencer o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a alterarem, inclusive, o texto da redação final. Esse texto foi distribuído aos constituintes na noite anterior à última votação, para que estudassem os dispositivos alterados antes da sessão. Na última hora foram feitas quatro mudanças:

Petista desobedece ao partido e vota "sim"

O deputado João Paulo Pires de Vasconcelos (PT-MG) contrariou a orientação do diretório nacional do partido, votando "sim" à redação final da nova Constituição, por discordar da posição assumida pelo PT. O deputado Luís Inácio Lula da Silva garantiu que João Paulo não deverá ser punido com a expulsão, informou a Agência Globo.

favoráveis à aprovação do texto, Lula e outros 13 parlamentares petistas votaram "não", seguindo as normas partidárias. O líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, considerou a decisão do PT "um equívoco político", contrário ao processo democrático. O deputado Roberto Freire, líder do PCB, disse que a atitude do PT se equivalia à da "extrema-direita", que antes do segundo turno movimentou-se para rejeitar o texto aprovado pelo plenário.

As primeiras informações sobre as falhas do projeto foram transmitidas ao presidente Ulysses Guimarães às 11,30 horas, pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), integrante da comissão de redação. Imediatamente, teve início uma rápida articulação em torno da Mesa da presidência.

Hoje, percebeu que isso modificava o mérito da matéria e pediu para o texto ser refeito. Segundo explicou, juiz de carreira é o juiz de toga que ingressou mediante concurso. O juiz togado pode ser oriundo do Ministério Público ou da Classe dos Advogados, mas sem concurso.

A alegria de Ulysses Guimarães

por Marcos Magalhães de Brasília

Poucas vezes, nos 72 anos de vida que completará no próximo dia 6 de outubro, apenas um dia após a data prevista para a promulgação da nova Constituição, o deputado Ulysses Guimarães terá se sentido tão à vontade como ontem. Ao encerrar a votação do texto final, um ano, sete meses e três semanas depois de instalada a Assembleia Constituinte, ele parecia apertar o último parafuso de uma obra de engenharia política que consumiu boa parte de sua trajetória pública.

ontem à tarde. Cercado por um batalhão de jornalistas e curiosos, o deputado distribuiu autógrafos em várias cópias do texto da nova Constituição. Das reminiscências de sua luta contra o regime autoritário, Ulysses foi colher um conselho quase íntimo: "Sonhei muito com este dia", disse, "tanto nos percalços e momentos mais sombrios como naqueles de mais euforia".

cluímos um texto que vai ajudar o País a resolver os seus problemas", diagnosticou. Mesmo assim, o deputado permaneceu reticente quanto ao seu novo momento político, após a votação de ontem. Ele não quis sequer falar de sua campanha rumo ao Palácio do Planalto.

"Que campanha?", fez-se de desentendido. Em seguida, afirmando que seu empenho era para as eleições municipais, Ulysses informou que percorrerá as capitais e algumas cidades mais importantes no interior. "Você fazer a campanha do meu partido, apoiando nossos candidatos em todo o País", anunciou. "Essa é a campanha que eu vou fazer."

Abstenção, o protesto de seis parlamentares

Por discordar do Capítulo do Sistema Tributário, "que beneficia os estados mais populosos, especialmente São Paulo", o senador Leopoldo Pires (PMDB-AM) decidiu abster-se na votação da redação final. Também votou "abstenção" o senador João Meneses (PFL-PA), em protesto contra a "desonra do regimento". Outros quatro parlamentares preferiram abster-se, por discordarem parcialmente do texto, informou a Agência Globo.

pela distribuição de renda de acordo com a população, que foi aprovado pela Constituinte. Disse ainda que a Comissão de Redação extrapoliou seus poderes, ao alterar o mérito de algumas matérias e incluir textos novos, como o que estabelece "os bens do Distrito Federal", que não foi apreciado pelo Plenário.

Homologação, um ato jurídico fundamental

por Itamar Garcia de Brasília

A partir de hoje até o dia 29, quinta-feira, os constituintes (inclusive os que se afastaram) assinarão os cinco livros de autógrafos, homologando o texto aprovado ontem. Esse ritual obedecerá um cronograma já estabelecido pela Secretaria da Constituinte. Hoje, por exemplo, assinam os parlamentares do Amapá, Roraima e São Paulo. Essa ordem, pode, entretanto, ser invertida. Paulo Afonso, secretário-geral, avisa que os constituintes-candidatos, por exemplo, podem assinar conforme a conveniência da campanha. Cada um assinará dez vezes, duas em cada livro.

co", alertou. Na prática, os constituintes vão assinar "em confiança", como admite Paulo Afonso.

Manobras de um "juiz" no plenário

O plenário da Constituinte realizou ontem sua última votação, aprovando o texto final da Comissão de Redação por 474 votos favoráveis, 15 contrários, e 8 abstenções, num total de 495 presentes. O resultado foi comemorado com aplausos pelo plenário, que festejou o desfecho de 19 meses de trabalho, informou a Agência Globo.

Para ajudar o País" O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reconheceu ontem, ao término da última votação da redação final da nova Constituição, que o texto aprovado não irá resolver todos os problemas do Brasil, mas servirá ao País e vai ajudá-lo a resolver muitos problemas, informou a agência oficial Radiobrás.

de bem. Esta é a 'mens legis' e a 'mens legislatorii' (intenção da lei e intenção do legislador)", afirmou.

de decisão suspendendo a assinatura dos novos contratos sobre a dívida externa. Envioi a apreciação da Mesa, solicitando a realização de três sessões de "comentários à nova Constituição", e prometeu examinar reclamações dos constituintes sobre supostos erros no texto final, depois da aprovação.

Decisão que evita 3º turno agrada líder do governo

Antecipando-se à questão de ordem que seria apresentada pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu que a votação de ontem teria caráter confirmatório em relação aos dispositivos em um turno. Na prática, a votação serviu para aprovar a redação final e validar o texto da nova Constituição, afastando a possibilidade de que as inovações introduzidas no segundo turno e pela Comissão de Redação pudessem ter sua legalidade ameaçada.

por Ulysses, que "não foi a ideal, mas satisfatória". Ao lado do líder do PMDB, Nelson Jobim (RS), que já estava preparado para contrariar a questão de ordem, Sant'Anna comemorou a decisão de Ulysses. Com a decisão de Ulysses, a sessão de ontem, que fora convocada apenas para que se votasse a redação final da nova Constituição, serviu para aprovar, pela segunda vez, algumas das matérias novas que foram introduzidas, com a permissão de Ulysses, no segundo turno de votação, cumprindo assim o que está disposto na emenda convocatória da Assembleia Nacional Constituinte. A emenda 26 prevê que todo o texto constitucional seja apreciado em dois turnos de votação, o que não teria ocorrido com algumas matérias novas, caso o caráter da votação de ontem não fosse alterado pelo presidente da Constituinte.

Secretário quer assinar texto e receber medalha

Há pouco mais de dois meses no cargo, o secretário de governo, Roberto Rollemberg, pediu ontem exoneração ao governador Orestes Quécia a fim de reassumir seu lugar de deputado constituinte, participar da promulgação da nova Constituição, e receber sua medalha histórica, informou a agência Globo.

nes. No dia 7 de outubro, provavelmente, reassumirá o cargo no governo Quécia. Até essa data, a Secretaria de Governo de São Paulo estará entregue ao secretário-adjunto Edgard Camargo.